

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por mais 90 (noventa) dias o prazo de duração do Grupo de Trabalho instituído para revisão da Resolução CSJT n.º 296/2021, nos termos do art. 5º do Ato CSJT.GP.SG.SGPES n.º 58, de 28 de maio de 2026.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

VIEIRA DE MELLO FILHO

Ministro Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ATO CSJT.GP N. 93, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a publicação excepcional de pautas e atos correlacionados durante períodos de indisponibilidade do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o disposto no art. 111-A, § 2º, II, da Constituição da República;

considerando a competência dos Tribunais para organizar e administrar os serviços que lhes são afetos;

considerando o disposto na Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006, acerca da informatização do processo judicial e da publicação dos atos processuais por meio eletrônico;

considerando a Resolução CNJ n.º 455, de 27 de abril de 2022, que regulamenta o Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN como instrumento de publicação dos atos judiciais do Poder Judiciário;

considerando o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 77, de 27 de outubro de 2023, que regulamenta a utilização do DJEN no âmbito da Justiça do Trabalho;

considerando que as pautas e atas das sessões de julgamento dos Tribunais Regionais do Trabalho permanecem, enquanto não concluída sua migração, submetidas à publicação nos Cadernos Judiciários do DEJT;

considerando que a indisponibilidade do DEJT pode, excepcionalmente, impedir a publicação tempestiva de pautas e de outros atos cuja divulgação seja indispensável à continuidade da atividade jurisdicional;

considerando a necessidade de assegurar a publicidade dos atos judiciais, a continuidade da prestação jurisdicional e a duração razoável do processo,

RESOLVE, *Ad referendum*:

Art. 1º Durante período de indisponibilidade do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT que impeça ou inviabilize a publicação tempestiva de pautas ou de atos relacionados às sessões de julgamento, fica autorizada, excepcionalmente, a utilização do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) pelos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º poderá ser utilizada, especialmente, para a publicação de:

I – pautas e atas de sessões de julgamento cuja publicação tempestiva possa ser prejudicada pela indisponibilidade do DEJT;

II – atos de inclusão, retirada, alteração ou cancelamento de processos em pauta; e

III – convocações e demais atos diretamente relacionados à realização de sessões de julgamento, cuja publicação não possa aguardar o restabelecimento do DEJT.

Parágrafo único. A utilização do DJEN na forma deste Ato não afasta a observância das disposições legais e regulamentares relativas à antecedência, publicidade e demais requisitos aplicáveis aos atos e às pautas.

Art. 3º A utilização excepcional do DJEN ocorrerá enquanto perdurar a indisponibilidade do DEJT, constatada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TST, e cessará com o restabelecimento de seu funcionamento regular.

Parágrafo único. A utilização excepcional do DJEN não altera o regime ordinário de publicação no DEJT, que permanecerá aplicável após o restabelecimento de seu funcionamento regular, conforme estabelecido nas normas do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da

Justiça do Trabalho.

Art. 4º A Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho poderá expedir as orientações necessárias à operacionalização deste Ato.

Art. 5º As disposições previstas no presente Ato não se aplicam aos Tribunais Regionais do Trabalho que adotam o DJEN para publicação de pautas ou de atos relacionados às sessões de julgamento.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

VIEIRA DE MELLO FILHO

Ministro Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ATO CSJT.GP.SG.SETIC N. 92, de 19 de agosto de 2026.

Autoriza a emissão de bilhetes de passagem aérea e o pagamento de diárias de viagem.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a realização do evento AWS Summit, no dia 3 de setembro de 2026, na cidade de São Paulo - SP; e

considerando o teor do Processo Administrativo n.º 6017723/2026-00,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Vitória/São Paulo/Vitória e o pagamento de uma diária e meia de viagem, referente aos dias 2 e 3/9/2026, em favor do servidor **UANDERSON SIGLES GOMES**, Analista Judiciário, lotado na Coordenadoria de Gestão de Infraestrutura e Segurança Tecnológica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

VIEIRA DE MELLO FILHO

Ministro Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ATO CSJT.GP.SG N.º 97, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza a emissão de bilhetes de passagem aérea e o pagamento de diárias de viagem.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a realização do II Seminário "Ativismos para a Luta Anticapacitista na Justiça do Trabalho", no período de 22 a 23 de setembro de 2026, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília; e

considerando o teor do Processo Administrativo 6017252/2026-00,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Belém/Brasília/Belém e o pagamento de três diárias e meia de viagem, com diária arbitrada no valor de R\$ 927,32 (novecentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao período de 21 a 24/9/2026, em favor da instrutora **LUISA DE SOUZA LEÃO ALMEIDA**.

Art. 2º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Cuiabá/Brasília/Cuiabá e o pagamento de três diárias e meia de viagem, com diária arbitrada no valor de R\$ 927,32 (novecentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao período de 21 a 24/9/2026, em favor da instrutora **LAUDISSÉIA DE FRANÇA FIGUEIREDO**.

Art. 3º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Fortaleza/Brasília/Fortaleza e o pagamento de três diárias e meia de viagem, com diária arbitrada no valor de R\$ 927,32 (novecentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao período de 21 a 24/9/2026, em favor do instrutor **HILÁRIO MOREIRA NETO**.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.